

Notas sobre a maquiavelística brasileira (1931-2007)*

Rafael Salatini

*Professor Adjunto da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Grande
Dourados (FADIR-UFGD), em Dourados-MS*

* Este texto foi apresentado no “XVI Encontro Regional de História”, promovido pela ANPUH-MG, na FAFICH-UFMG, entre os dias 20 e 25 de julho de 2008, na cidade de Belo Horizonte-MG.

discurso 41

Entre os inúmeros comentadores do pensamento de Maquiavel incluem-se naturalmente os comentadores brasileiros, a respeito dos quais pode-se dizer que existem em número cada vez maior e assumem um nível cada vez maior de qualidade e rigor intelectual. Pretendo analisar aqui os trabalhos mais importantes sobre Maquiavel publicados no Brasil – o que podemos chamar de maquiavelística brasileira – no último século, e por mais importantes julgo aqueles de caráter monográfico. Excluem-se, dessa forma, tanto textos menores, como artigos e capítulos de livros, quanto monografias não publicadas (motivo por que este estudo não pode ser considerado completo, embora possivelmente seja o mais amplo epítome já escrito sobre o tema).

De forma geral, podemos dividir a maquiavelística brasileira em duas fases cronológicas: a primeira entre os anos 1930 e meados dos 1980, preenchida por *monografias ensaísticas*; a segunda, de meados dos anos 1980 até os dias atuais, preenchida pela publicação de *monografias acadêmicas*, fruto de dissertações de mestrado e teses de doutorado, somando ao total cerca de uma dezena de trabalhos. Não se pode dizer que a qualidade da segunda fase supere necessariamente, nem em rigor nem em profundidade, a da primeira. Todavia, ambas as fases possuem características específicas advindas da produção intelectual interna ou externa à academia (é preciso dizer que, embora os trabalhos ensaísticos também tenham sido escritos por catedráticos, não foram escritos, como as demais, como dissertações ou teses acadêmicas, mas com um grau maior de liberdade formal): enquanto as monografias ensaísticas se esforçam para oferecer interpretações amplas e totalizadoras do pensamento maquiaveliano, as monografias acadêmicas se caracterizam por oferecer recortes específicos e particularizados. No primeiro caso, surgem as imagens de um Maquiavel fascista, um Maquiavel realista, um Maquiavel defensor da política pura, etc.; no segundo, surgem trabalhos que analisam a liberdade em Maquiavel, a cidadania em Maquiavel, a ação política em Maquiavel, a história em Maquiavel, etc. *Grosso modo*,

pode-se dizer que, na primeira fase, ganha-se em abrangência e perde-se precisão; na segunda, ocorre o inverso, aumentando a precisão e diminuindo a abrangência. Podem-se encontrar, dessa forma, pontos positivos e negativos tanto na primeira como na segunda fase. Um ponto que unifica ambas as fases, contudo, é interesse exclusivo por Maquiavel do ponto de vista político (ignorando sua vasta produção literária).

Não pretendo oferecer uma comparação completa de ambas as fases, ensaística e acadêmica, mas apenas apresentar um estudo introdutório a respeito de ambas. Analisarei os trabalhos ensaísticos na seção 1, enquanto os trabalhos acadêmicos nas seções 2 (os trabalhos do século passado) e 3 (os trabalhos do século atual), dando o devido destaque aos títulos mais importantes.

1.

O livro brasileiro mais antigo sobre Maquiavel de que tenho notícia, tratando-se certamente de obra pioneira – e, para além dos defeitos óbvios, de fato uma grande obra –, consiste em *Machiavel e o Brasil*, escrito pelo filósofo e romancista Octavio de Faria (publicado pela primeira vez em 1931, pela editora Schmidt, e reeditado em 1933, pela editora Civilização Brasileira). A despeito de ser um livro absolutamente datado e, por isso, esquecido, sobretudo pelo seu conteúdo de inspiração fascista, nunca mais recebendo edição, sendo raramente lido ou citado, não deixa de possuir diversas qualidades¹. Dedicado à interpretação do pensamento político de Maquiavel, e a seu modo bastante original, ao menos no Brasil, Faria não deixou de empreender uma rica pesquisa bibliográfica e histórica para a composição da obra, ancorando sua interpretação numa extensa linha de intérpretes dis-

1 Sobre o pensamento de Faria, cf. M.T.A. Sadek, *Machiavel, Machiavéis: A tragédia octaviana (Estudo sobre o pensamento político de Octavio de Faria)*, São Paulo, Símbolo, 1978 (205 p.).

poníveis à época, como Villari, Ranke, Gervinus, Rehberg, Gautier-Vignal, Prezzolini, De Montor, Franzoni, Macaulay, Deltuf, Burckhardt, Gebhart, etc. Da mesma forma, suas idéias políticas de modo geral não são fortuitas, mas seguem os passos de grandes pensadores (de certa forma, os autores mais influentes de sua época, ao menos entre os grupos conservadores), como Maritain, Nietzsche, Carlyle, Bergson e Gobineau, entre os estrangeiros, e Oliveira Vianna e Plínio Salgado, entre as referências nacionais.

A estrutura da obra é formada por duas partes (que explicam o título): a primeira intitulada “Machiavel e a experiência do Renascimento”, a segunda intitulada “O caso brasileiro”. Na primeira parte, empreende-se uma leitura fascista do pensamento maquiaveliano; na segunda, uma interpretação igualmente fascista das condições políticas brasileiras dos anos 1930. Entre uma parte e a outra existe um “Intermezzo Mussoliniano”, em que se elogia não somente o próprio *dulce* italiano mas também o *führer* alemão! A junção dos dois ingredientes conservadores dá o tom da obra. Leia-se um trecho especialmente chocante (pelo anacronismo e pela desfaçatez):

“Mas antes de focalizar esse ‘caso brasileiro’ que é a grande chaga que nos devora a todos os momentos, paremos um instante e detenhamo-nos ante a figura de um homem que Machiavel parece ter previsto e que teria saudado – Mussolini, indivíduo de exceção que o Brasil precisava ter produzido para si ou ter a possibilidade de criar de modo a poder dirigir-se amanhã para rumos menos negros. O caminho fica traçado: Um sonho de Machiavel – e temos Mussolini. Um pesadelo de Machiavel – e surge o Brasil” (2ª ed., p. 112).

Como resumo geral da obra, o interesse octaviano era o seguinte: 1) na primeira parte, demonstrar que o núcleo central do pensamento político de Maquiavel seria a idéia de um indivíduo excepcional (presente no conceito de “príncipe de *virtù*”); 2) no *intermezzo*, demonstrar que o príncipe perfeito pela descrição maquiaveliana seria, ao menos àquela época, ninguém menos que o

dulce Mussolini; e, por fim, 3) na segunda parte, argumentar que as condições italianas que levaram Maquiavel a tais reflexões não eram, *mutatis mutandis*, diferentes daquelas em que vivia o Brasil nos anos 1930. Somando as três idéias, tinha-se clara noção tanto do problema (uma crise política) quanto da solução (a concessão do governo central a um indivíduo excepcional). A despeito dos erros de exegese textual e histórica, compreende-se facilmente a idéia: Maquiavel ofereceria a “teoria”; Mussolini, o “exemplo”; e o Brasil, o caso concreto para sua aplicação. Não deixa de ser uma argumentação engenhosa, construída passo a passo com uma riqueza de detalhes que seríamos incapazes de reproduzir em algumas linhas. Outro trecho adiante clarifica ainda mais os parâmetros da aproximação fascista entre Maquiavel e Mussolini:

“O Machiavel que saudou em Cesar Borgia o esforço de libertação da Itália, saudaria já em Hitler, provavelmente, a tentativa de salvação da Alemanha, qualquer que venha a ser o resultado final. O Machiavel que saudou nos heróis romanos os criadores da República romana celebraria em Mussolini o reorganizador da Itália. (...) Machiavel gritou e ensinou – nada conseguiu no seu tempo. Mussolini aprendeu e agiu – salvou a Itália da sua época. Num Brasil que precisa ser salvo não há nem mesmo quem grite. E é preciso saber gritar. E é preciso saber aprender. Não é, pois, só a Machiavel que temos que recorrer. A Mussolini também, no exemplo que oferece. Precisamos do grito e da resposta, do ensino e da ação. De Machiavel e de Mussolini, da teoria e do exemplo” (2ª ed., pp. 136-137).

A interpretação fascista de Maquiavel, que hoje pode soar esdrúxula, não chega a espantar quem conheça o pensamento político brasileiro do início do século XX, dividido entre pensadores autoritários, como Oliveira Vianna e Plínio Salgado, e pensadores democratas, como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Hollanda, com desvantagem para os segundos, devido à forte influência dos governos autoritários europeus do período sobre a intelectualidade brasileira. Pode-se mesmo dizer que o Brasil não foi o

único país a fornecer interpretações fortemente conservadoras dos grandes nomes do pensamento político ocidental: Giovanni Gentili interpretaria Hegel da mesma forma na Itália fascista, enquanto Alfred Bäumler faria o mesmo com Nietzsche na Alemanha nazista (interpretações certamente conhecidas por Faria)².

Entretanto, seria desonesto afirmar que o livro se reduz a um mero libelo ideológico do fascismo (ainda que também cumpra – e bem – essa função). Se avaliarmos a qualidade do livro pela coerência interna e originalidade de sua interpretação de Maquiavel, pode-se dizer igualmente que pouquíssimos outros estudos no Brasil verdadeiramente o superaram (o que é o mesmo que dizer que pouquíssimos outros trabalhos foram tão coerentes e tão originais). Não à toa, os elogios à sua publicação não foram poucos em sua época: Plínio Salgado, por exemplo, em resenha à primeira edição do livro, em 07 de julho de 1931, escrevia que “acaba de aparecer o maior dos livros que a geração brasileira dos que nasceram depois do começo deste século oferece ao nosso país”³. Duas são as principais qualidades do livro de Faria: a rica pesquisa bibliográfica empreendida para o estudo do pensamento maquiaveliano (que inclui, sem exceção, os maiores maquiavelistas do período), aspecto que demonstra a seriedade da proposta didática do autor; e o empenho em interpretar Maquiavel à luz dos problemas de sua época, aspecto que demonstra a vivacidade de suas idéias. O maior defeito é um só (e óbvio): o forte comprometimento ideológico. Se se pode dizer, sinceramente, que raros trabalhos brasileiros posteriores o excederam em suas mencionadas qualidades, também se pode dizer que nenhuma obra posterior

2 Cf., a respeito de Gentili, N. Bobbio, “Giovanni Gentili”, in N. Bobbio, *Do fascismo à democracia – Os regimes, as ideologias, os personagens e as culturas políticas*, org. M. Bovero, trad. D.B. Versiani, Rio de Janeiro, Elsevier, 2007, pp. 143-162; e, a respeito de Bäumler, M. Montinari, “Interpretações nazistas”, trad. D.D. Macedo, in S. Marton (org.), *Nietzsche pensador mediterrâneo – A recepção italiana*, São Paulo, Discurso, Ijuí, RS, Unijuí, 2007, pp. 69-95.

3 Cf., sobre a recepção à primeira edição do livro, M.T.A. Sadek, *Machiavel, Machiavéis...*, *op. cit.*, pp. 138-148 (o trecho citado está na p. 145).

foi tão longe quanto Faria em empenhar as idéias de Maquiavel em torno de uma ideologia tão historicamente marcada quanto o fascismo. Todavia, veremos, Faria não fora o único maquiavelista brasileiro a confundir Maquiavel com a dimensão negativa do poder (nem, mais especificamente, com o fascismo).

Depois de *Machiavel e o Brasil*, houve mais de duas longas décadas, entre os anos 1930-1950, de silêncio acerca de Maquiavel no Brasil (repito: referindo-me apenas a trabalhos monográficos publicados), rompido apenas com o importante *Introdução ao pensamento político de Maquiavel* (publicado pela primeira vez em 1958, pela editora Simões, e novamente, sem alterações, em 1979, pela Editora da UnB, e também infelizmente nunca mais reeditado), que pode ser considerado, cronologicamente falando, o segundo grande livro da maquiavelística brasileira, escrito pelo diplomata e acadêmico Lauro Escorel. De longe o mais completo e bem informado estudo sobre Maquiavel escrito no país até a década de 1990, sua influência para a divulgação e o estudo do pensamento político maquiaveliano no Brasil foi praticamente monopolística até essa data, sobretudo porque a segunda edição da obra, duas décadas depois de esgotada a primeira edição, apareceu na forma de um Curso de Introdução à Ciência Política, organizado pelo Centro de Documentação e Relações Internacionais da Universidade de Brasília, servindo de material didático para os cursos de ciência política daquela universidade. Com seu caráter geral, somado ao aspecto apostilar que assumiu a segunda edição, o livro de Escorel empreende o maior esforço de apresentação introdutória à vida e ao pensamento político de Maquiavel já escrito no Brasil, cuja leitura parece importante até hoje (a despeito de sua natural defasagem frente às descobertas das pesquisas mais atuais), sobretudo pela inexistência de um trabalho similar, ao mesmo tempo sério e completo, na atual literatura filosófico-política brasileira.

A obra se divide em duas partes, com oito capítulos cada. A primeira contém uma síntese histórico-biográfica de Maquiavel,

preenchidas por informações retiradas dos principais biógrafos de Maquiavel do século XIX, como P. Villari, autor de *Niccolò Machiavelli e suoi tempi* (1877), e O. Tommasini, autor de *La vita e gli scritti di Niccolò Machiavelli nella loro relazione col machiavellismo* (1883), e do século XX, como Roberto Ridolfi, cuja importante *Biografia di Niccolò Machiavelli* (1954) tornar-se-ia a mais influente biografia sobre Maquiavel escrita até hoje, praticamente copiada por todos os biógrafos posteriores. A segunda parte (mais importante aqui) contém um estudo sobre o pensamento político maquiaveliano, na qual os diversos temas tratados capítulo a capítulo – a publicação das obras (capítulo 9), a unificação dos Estados europeus (capítulo 10), a república (capítulo 11), a liberdade interna e externa (capítulo 12), a religião (capítulo 13), a separação entre ética e política (capítulo 14), a dualidade do pensamento político ocidental (capítulo 15) e as relações internacionais (capítulo 16) – vão paulatinamente desenhando uma interpretação do pensamento político maquiaveliano (de inspiração crociana) já presente por completo no prefácio de 1956, e que culminará numa interpretação não muito longe daquela octaviana, embora com sinal trocado. Leia-se um trecho do referido prefácio:

“Longe de nós a pretensão de haver colocado, de maneira definitiva, o problema crucial das relações da política com a moral, problema que é, afinal, o cerne do pensamento de Nicolau Maquiavel. Ficamos apenas, provisoriamente, com a convicção de que o maquiavelismo, por maior que seja o seu valor como uma indispensável e lúcida tomada de consciência da realidade política, deve ser ultrapassado no seu agnosticismo e empirismo fundamentais, para que a vida histórica da humanidade não se reduza apenas a uma brutal competição pelo poder” (2ª ed., p. 8).

A interpretação escoliana não poderia ser mais clara e objetiva ao afirmar categoricamente que “o cerne do pensamento de Nicolau Maquiavel” consiste no “problema crucial das relações da política com a moral”. Presente já em Faria, o tema da

relação entre política e moral se tornou comum entre os intérpretes do pensamento político maquiaveliano, sobretudo a partir da publicação de *Elementi di politica* (1925) de B. Croce, obra que inaugura a idéia de que para Maquiavel política é política e moral é moral. Segundo essa interpretação, Maquiavel seria um pensador da política amoral isto é, da política destituída de qualquer reflexão sobre o bem e o mal, ou simplesmente – como se falará mais à frente – da política pura, não havendo espaço em suas idéias para o benfazejo tema da moral (que despontam apenas negativamente na obra maquiaveliana, em sua crítica às virtudes cristãs da bondade, liberalidade, piedade, etc.). Baseado nessa interpretação, embora confira-lhe uma valoração negativa, Escorel concluiria que “o maquiavelismo”, para além de sua importância na história das idéias políticas, deveria “ser ultrapassado” se quisermos que “a vida histórica da humanidade não se reduza apenas a uma brutal competição pelo poder”. Naquele que consiste certamente no capítulo mais importante da obra, que contém o núcleo de toda a interpretação, o autor de *Introdução ao pensamento político de Maquiavel* escreve:

“Chegamos assim ao ponto crucial do pensamento maquiavélico, aquele em que se situa o problema das relações entre a ética e a política, em torno do qual tem tradicionalmente girado a controvérsia histórica entre os apologistas e os adversários de Maquiavel. Tantas têm sido as interpretações errôneas ou simplesmente equívocas a esse respeito, que o assunto exige destaque especial, mesmo porque dele depende a compreensão cabal das idéias do pensador florentino. Foi ele, inicialmente, apresentado como um defensor franco do imoralismo político colocado a serviço do despotismo; outros pretenderam retificar esse ponto de vista, ponderando que Maquiavel não merecia o qualificativo de imoral, uma vez que, na realidade, o problema moral não tinha lugar na sua concepção de política: estaríamos antes, diante de um caso de amoralismo em que se fazia ‘tabula rasa’ das normas éticas, deixando o campo inteiramente livre ao jogo político, re-

gido por leis próprias e específicas. Maquiavel seria o símbolo da política pura. Houve ainda quem descobrisse nele uma profunda amargura interior diante da inevitabilidade do mal; e outros que apontaram em seu pensamento uma constante preocupação ética. O que, entretanto, é necessário, antes de mais nada, destacar, é que Maquiavel construiu sua filosofia política partindo da rejeição do legado ético cristão e formulando suas idéias em termos antitéticos à tradição medieval. Não será por isso exato dizer que Maquiavel seja imoral ou amoral: na verdade, há uma moral maquiavélica, com a diferença substancial, porém, de ser uma moral laica e secular, de base naturalista, que, contrariamente à moral cristã, se esgota, sem maior transcendência, na consecução do bem comum da coletividade” (p. 93).

O diplomata brasileiro argumenta que, em torno do “ponto crucial do pensamento maquiavélico”, formou-se entre os especialistas uma “controvérsia histórica”: de um lado, aqueles que defendem que Maquiavel seria um pensador político imoral, isto é, defensor da tese segundo a qual a política é o oposto da moral; de outro, aqueles que defendem que Maquiavel seria antes um pensador político amoral, isto é, defensor de tese distinta, segundo a qual a política e a moral não são esferas de ação opostas, mas sim diversas, não se confundindo nem uma com a outra (moralismo) nem uma com o oposto da outra (imoralismo). A primeira se confunde com as teses religiosas (anti-maquiavélicas) cunhadas entre os séculos XVI e XVII, no contexto das disputas entre católicos e protestantes no continente europeu. A segunda consiste na hoje clássica tese croceana. Entre uma e outra, Escorel prefere adotar uma posição independente (embora se aproxime bastante, como veremos, da segunda tese), segundo a qual Maquiavel, enquanto representante de uma ruptura com a tradição cristã medieval, que durante séculos não fizera mais pensar a política simplesmente como uma esfera de ação subsidiária da moral (em especial a moral religiosa), não seria nem imoral nem amoral. Em verdade, seguindo suas palavras, haveria uma “moral maquiavélica”, isto

é, Maquiavel seria o fecundo descobridor de uma nova moral: a moral política, descrita como uma “moral laica e secular, de base naturalista”, cujo objetivo maior consiste “na consecução do bem comum da coletividade”.

Essa tese intermediária, de matiz republicano, seria brilhantemente desenvolvida no ensaio “A originalidade de Maquiavel” (1969) de I. Berlin – que influenciaria imensamente os intérpretes republicanos de Maquiavel (a começar por Pocock e Skinner). Escorel, contudo, não menciona o ensaio berliniano em seu livro: é possível que o desconhecesse, uma vez que o famoso ensaio é posterior à primeira publicação de *Introdução ao pensamento político de Maquiavel* (embora seja anterior à segunda edição, que não sofrera, contudo, qualquer alteração em relação à primeira edição). Tanto é verdade que é possível que Escorel desconhecesse a tese berliniana que, embora a mencione no livro, termina, em sua argumentação seguinte, por recair claramente na tese croceana. A aproximação de Escorel da tese croceana – segundo a qual política e moral em Maquiavel se refere a duas esferas distintas – pode ser melhor averiguada quando, no capítulo seguinte, o diplomata brasileiro se refere ao dualismo do pensamento político ocidental entre “os imperativos da moral” e “as exigências da ação política”, excluindo dos primeiros as idéias maquiavelianas, encaixando-as, porém, entre as segundas. Dessa forma, como conclusão de todo seu percurso interpretativo, Escorel oferece as seguintes palavras (que seriam inverossímeis assumida, como fazem muitos intérpretes republicanos, a tese berlianiana):

“Será fácil dizer hoje, com o lastro de quatro séculos de evolução cultural e política, que Maquiavel errou ao hipertrofiar o valor da política e o alcance da autoridade do Estado; que ele não soube ou não pode reconhecer a independência da consciência moral do homem e a existência de direitos individuais invioláveis; e que suas premissas políticas, retomadas entre outros por Hobbes

e Hegel, trouxeram o mundo até o paroxismo totalitário” (p. 120)⁴.

Vê-se claramente que o corolário da interpretação escoliana de Maquiavel, já anunciado no prefácio, oferece, impressionantemente, a mesma conclusão que Faria (mesmo passados cerca de vinte anos entre a publicação de *Machiavel e o Brasil* e a primeira edição de *Introdução ao pensamento político de Maquiavel* e cerca de dez anos do fim dos governos de Hitler e Mussolini!), culpando Maquiavel pelos excessos do totalitarismo. Todavia, uma diferença marcante entre a interpretação octaviana e a interpretação escoliana reside no sinal da valoração imputada aos regimes nazista e fascista: positivo na primeira obra e negativo na segunda. O sinal positivo dado pelo primeiro vem do fato de Faria ser um pensador conservador-elitista, enquanto o sinal negativo dado pelo segundo se esclarece pelo fato de Escorel ser um pensador liberal-democrata. Enquanto o primeiro defendia que, tal qual Maquiavel havia se inspirado em Cesare Borgia, o exemplo moderno do príncipe não poderia ser outro senão Mussolini, Escorel afirma que “Maquiavel errou ao hipertrofiar o valor da política e

4 Mais à frente, o autor repete: “Maquiavel foi e será sempre o intérprete magistral do ‘homo politicus’, mas o unilateralismo patente de seu pensamento o levou a conceber o poder como um fato puramente político, fechado em si mesmo, dotado de fins imanentes e, por isso mesmo, autorizado a escolher discricionariamente os meios necessários à sua própria preservação ou engrandecimento. A consequência de semelhante politicismo integral é que a moral, a religião e o direito passaram a ser considerados realidades ancilares com relação ao Estado, o ‘deus mortal’, como dizia Hobbes, todopoderoso e absorvente, encarnação suprema do poder, o qual não reconhece qualquer finalidade ou autoridade que se lhe oponha ou o transcenda. Uma tal concepção puramente política do poder, segundo a qual o Estado não existe para servir a fins humanos extrapolíticos, mas encontra sua razão de ser na própria existência e expansão, veio culminar em nosso tempo no Leviatã totalitário, depois de um longo processo histórico em que foram sendo sucessivamente transpostas as barreiras que a religião, a ética e o direito procuravam opor à marcha avassaladora do poder estatal” (pp. 122-123); e mais à frente, novamente: “Estudado com uma lente de aumento, como sugere [Ernst] Cassirer, à luz da trágica experiência política de nosso século, a filosofia de Maquiavel – seu politicismo integral, sua concepção meramente técnica ou estética da política, sua ética secular, naturalista e pagã – prefigura no Renascimento o totalitarismo moderno, para o qual, como na ‘polis’ antiga, não se admite qualquer distinção entre a moralidade pública e a moralidade privada, já que o único código ético vigente é o código do próprio Estado. Ao confessar a seu amigo Guicciardini que ‘amava a pátria mais do que a alma’, Maquiavel antecipava o totalitarismo de nosso tempo, que não hesita em sacrificar os direitos humanos fundamentais à segurança e ao interesse do Estado” (p. 123).

o alcance da autoridade do Estado” e que “suas premissas políticas” – embora não somente as suas – “trouxeram o mundo até o paroxismo totalitário”. Se deixarmos os diversos juízos de valor de lado, a mesma questão, a relação entre Maquiavel e o totalitarismo, parece persistir intocada, tomando toda a fase inicial da maquiavelística brasileira (embora a palavra final sobre o assunto ainda não houvesse sido dada).

Os 40 primeiros anos da maquiavelística brasileira, que vão dos anos 1930 aos anos 1970, são preenchidos pelos dois trabalhos solitários de Faria e Escorel. Os anos 1970 abrem com uma pequena publicação: *Idealismo e realismo na obra de Maquiavel* (publicado em 1970, pela editora da UFGA, 1970, e novamente em 1981, pela editora Horizonte em parceria com o INL-MEC), de Joacil de Brito Pereira. O livro foi publicado como ensaio vencedor do prêmio “Maquiavel e a Renascença”, conferido pela Universidade Federal da Paraíba, em 1969, por conta do V centenário do nascimento de Maquiavel. Muito bem fundamentado, histórica e teoricamente, o cerne da obra, baseado nas idéias do cientista político italiano radicado nos EUA Giovanni Sartori, consiste na discussão acerca do fundamento filosófico do pensamento maquiaveliano, entre o idealismo exposto nos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* (1513-1517) e o realismo exposto em *O príncipe* (1513), como resume exatamente o título da obra e como se pode ver no capítulo que a intitula, onde se escreve, conclusivamente, o seguinte (perceba-se a retomada da questão escoreliana, desprovida, todavia, do ranço ideológico):

“A conclusão a que se chega diante desse enunciado dos dois princípios [idealismo e realismo] que se devem integrar para a valorização de uma política sábia, consentânea com a razão, é que o realismo político, como o idealismo político, não são formas puras, isto é, não existe ‘política pura’, sem idéias, nem uma ‘política impura’, ou seja, uma política que se oriente exclusivamente por idéias. Idealismo puro é verbalismo sem sentido, oco, fofo, vazio e sem nexos. Realismo político puro é, por sua vez, expressão sem

sentido, sem significação, enganosa e falaz; é realismo distanciado da realidade. Mas há um método realista de encarar a política e este foi inaugurado por Maquiavel, pois ele foi, sem dúvida alguma, o primeiro observador rigorosamente desapaixonado dos problemas políticos. Antes dele, na Grécia antiga, Aristóteles foi também um observador seguro. Mas o Chanceler de Florença o superou na sinceridade dos seus argumentos, no poder de observação, no realismo político, na secularização da política como ciência separada de resquícios míticos, mais fundamentada nos fatos e menos submissas, portanto, a noção de valores” (2ª ed., pp. 84-85).

Colocada puramente – sem ironia – nos termos de uma “política pura” *versus* uma “política impura”, a questão da política e da moral em Maquiavel ganha em clareza, embora sua solução ainda esteja longe do horizonte. Depois de argumentar que nem uma nem outra parecem descrever satisfatoriamente o pensamento político de Maquiavel, uma vez que “idealismo puro é verbalismo sem sentido, oco, fofo, vazio e sem nexos” e “realismo político puro é, por sua vez, expressão sem sentido, sem significação, enganosa e falaz”, embora sua descrição do pensamento maquiaveliano como superior, em comparação ao pensamento aristotélico, “na sinceridade dos seus argumentos, no poder de observação, no realismo político, na secularização da política como ciência separada de resquícios míticos, mais fundamentada nos fatos e menos submissas, portanto, a noção de valores” também pouco se distinga da descrição das idéias do autor de *O príncipe* como simplesmente um pensamento político amoral. Dito de outra forma, pouco se avança em relação a Croce: política continua sendo política e moral continua sendo moral para Maquiavel. Em outras palavras, *nihil sub sole novi!*

Pode-se dizer, porém, que o premiado trabalho de Pereira encerra a primeira fase da pesquisa sobre Maquiavel no Brasil, que chamei de *ensaística*, a qual cederá lugar a um segundo período, caracterizado pelas *monografias acadêmicas*, desenvolvidas nos

vários programas de pós-graduação em ciências humanas do país, como dissertações de mestrado ou teses de doutorado e posteriormente publicadas como livros.

2.

O próximo livro sobre Maquiavel escrito no Brasil será *A guerra de Maquiavel* (1988), de Luiz A. Hebeche. Diferentemente dos trabalhos até aqui citados, o livro de Hebeche consiste na primeira interpretação estritamente acadêmica no âmbito da maquiavelística brasileira, tendo sido defendida como dissertação de mestrado em filosofia na UFRGS em 1987 e sendo publicada no ano seguinte pela Livraria Unijuí. Nos diversos capítulos do livro, Hebeche discute a fama de Maquiavel ao longo dos séculos (capítulo I), sua biografia em contraste com o período histórico em que viveu (capítulo II) e os conceitos de fortuna e *virtù* (capítulo III), Estado (capítulo IV) e república (capítulo V), assim como a relação entre sujeito e conhecimento (capítulo VI), desembocando, ao final, numa surpreendente crítica filosófica à interpretação straussiana de Maquiavel (capítulo VII). No início do último capítulo, Hebeche escreve:

“A filosofia política [para Strauss] encontra-se em nosso tempo num estado de decadência e talvez de putrefação, se é que já não desapareceu totalmente. Este processo de definhamento iniciou na Renascença e seu fomentador incontestado foi Nicolau Maquiavel. Ele é responsável por ter subsumido a moral na política, ter baixado o nível dos fins morais, restringindo desse modo o dever ao ser e colado os juízos de valor à vertigem dos fatos. Para Leo Strauss, a ruptura maquiaveliana originou os dois grandes movimentos teóricos que abriram caminho aos desastres e aos impasses da modernidade. O positivismo e o historicismo resultaram na barbárie do nazismo e do estalinismo com seus holocaustos, massacres de povos e devastação do meio ambiente e, agora, levam a humanidade à proximidade de uma guerra atômica que

poderá significar o extermínio total da espécie. O genuíno pensamento político parece ter sumido em meio ao predomínio do social e este, por sua vez, caminha para a indiferença das maiorias silenciosas. Como escapar ao paradoxo de que o mais elevado desenvolvimento técnico e científico assim como as novas formas de consciência social tenham conduzido o homem moderno ao beco sem saída em que, parece encontrar-se? Strauss propõe o retorno ao pensamento clássico dos filósofos gregos como o único modo de escapar à perdição iniciada por Maquiavel. Nosso objetivo é mostrar como o ponto de vista de Strauss é insustentável ao desconsiderar a abertura que a modernidade possibilitou ao homem para pensar-se a si mesmo e ao mundo sob uma luz nova e distinta dos elementos elitistas dogmáticos da Grande Tradição greco-cristã. Trata-se, portanto não de condenar a façanha de Maquiavel como um estreitamento – como entende Strauss – mas um verdadeiro alargamento do horizonte do pensamento sobre o ser do político” (pp. 118-119).

Percebe-se claramente que, sob as vestes da leitura straussiana, Hebeche recoloca os mesmíssimos problemas enfrentados por Faria e Escorel (assim como Pereira): se Maquiavel distinguiu a política da moral, teria aberto o espaço cognitivo necessário para o entendimento de que a política não necessita da moral nem a moral da política, o que, transposto para a prática, seria responsável, no passado, pelos graves problemas da “barbárie do nazismo e do estalinismo com seus holocaustos, massacres de povos e devastação do meio ambiente” (conhecidos problemas da maquiavelística brasileira), e, hoje, por levar “a humanidade à proximidade de uma guerra atômica que poderá significar o extermínio total da espécie”. Todavia, Hebeche parece ter uma solução para o *imbroglio* maquiaveliano diferente da solução straussiana (que se pauta pela retomada dos “elementos elitistas dogmáticos da Grande Tradição greco-cristã”), invertendo os termos: o estudioso gaúcho afirma que em Maquiavel se pode ver, antes, “a abertura que a modernidade possibilitou ao homem para pensar-se a si mesmo e

ao mundo sob uma luz nova”, visão segundo a qual o pensamento político maquiaveliano deixa de ser visto como um “estritamente” e passa a ser visto – pela primeira vez no Brasil – como “um verdadeiro alargamento do horizonte do pensamento sobre o ser do político”. Depois de longas páginas dedicadas à compreensão do Maquiavel straussiano, Hebeche escreve, no mesmo capítulo:

“Aceitamos a posição de Strauss [de] que Maquiavel fez uma guerra à tradição clássica, mas discordamos de que ele tenha reduzido o horizonte da verdade política. Para nós a artilharia de Maquiavel, ao esraçalhar os muros da cidadela clássica, contribui para ampliar os horizontes do pensamento. Ao dismantelar a concepção de uma harmonia baseada na hierarquia das essências celestes ou terrestres ele abriu caminho às profundas alterações teórico-práticas que resultaram na Declaração Universal dos Direitos do Homem que (...) é decididamente um grande avanço em relação ao direito natural grego. Depois de Maquiavel, não se pode, com o conceito de natureza, justificar privilégios eternos, pois todas as posições sociais podem mudar desde que se transformem as relações das forças políticas que determinam as formas de governo. Para Maquiavel não há autoridade que não possa ser posta em xeque e substituída; embora ele entenda que uma cidade estará sempre dividida entre dois desejos, o de dominar e o de não ser dominado; isto é, a classe dirigente (*Popolo grasso*) e o povo (*Popolo minuto*) se entrechocam na defesa de seus interesses atuando como dois sujeitos. O povo não é uma massa passiva submetida ao poder e à razão iluminada dos dirigentes” (p. 152).

Enquanto os críticos de Maquiavel costumam destacar o fato de o autor de *O príncipe* ter separado a política da moral (unidas pelo pensamento político antigo e medieval) e, com isto, tornado a política amoral, quando não imoral, sugerindo que, se as idéias possuem algum impacto sobre a prática, Maquiavel poderia ser culpado das maiores atrocidades da história política moderna (a começar pela Noite de São Bartolomeu, da qual fora responsabilizado poucos anos depois de sua morte), Hebeche prefere publi-

nhar o fato de Maquiavel ter rompido com a concepção puramente objetiva e estática da cosmologia ao mesmo tempo religiosa e política do mundo, oferecendo pela primeira vez na história uma concepção subjetiva e dinâmica da ordem das coisas, segundo a qual “não há autoridade que não possa ser posta em xeque e substituída”. Em outras palavras, enquanto os intérpretes anteriores se ocuparam exclusivamente da dimensão conservadora do pensamento maquiaveliano, isto é, daquela dimensão segundo a qual a política, ao ser separada da moral, assume um aspecto cruel e fatídico, Hebeche expõe a verdadeira dimensão revolucionária do pensamento de Maquiavel, isto é, aquela dimensão segundo a qual o pensador florentino, ao discutir a política deixando de lado a velha moral cristã, distinguia concomitantemente os aspectos subjetivo e objetivo da história, os aspectos humanos dos aspectos eternos, os aspectos dinâmicos dos aspectos estáticos, etc. Numa só expressão, separava a fortuna da *virtù*. Se, do primeiro ponto de vista, Maquiavel fora secularmente assimilado a pensadores conservadores como Hobbes ou posteriormente Hegel; não se pode olvidar que, desse segundo ponto de vista, seria lembrado igualmente como Galileu da ciência política (visão cassireriana). Por fim, pondo uma justa pá de cal sobre a esdrúxula relação entre Maquiavel e o totalitarismo presente na fase inicial da maquiavelística brasileira, Hebeche escreve:

“A ligação à filosofia platônica afasta Strauss dessa dimensão e, assim, impede-o de criticar mais profundamente um dos graves problemas que ele aponta nos nossos tempos: o totalitarismo. O totalitarismo contemporâneo é a forma de Estado que mais se aproxima da *República* de Platão, pois é com a pretensão da razão total que os dirigentes controlam a totalidade de vida social. A auto-instituição da sociedade que pressupõe a distância entre a ação política e a lei tende a ser abolida. A sociedade instituída tende a congelar todos os conflitos, pois, através de um poder incontestado, ela é fonte de criação e legitimação das leis. Em nome da utopia, isto é, da ideologia do fim dos conflitos, foi que o totalitarismo abriu caminho na modernidade. Os novos messias, ao proporem o fim

dos conflitos, acabaram entregando a liberdade aos tiranos. Uma das lições de Maquiavel é que a intranqüilidade é o preço da liberdade. Imaginar uma sociedade sem fissuras e disputas significa liquidar a história, pôr fim à possibilidade dos homens manterem aberta a questão da verdade e da justiça. Mas Maquiavel nos ensina que, como não há essências fixas e imutáveis e que todo poder está submetido a uma indeterminação inesgotável, cabe reconhecer que a pretensão de uma sociedade sem problemas não passa de um delírio ético” (p. 156).

Com estas palavras, que inclui, mais uma vez, uma verdadeira inversão dos termos, Hebeche põe fim assim àquele que tinha sido – curiosamente – o principal problema presente nos primeiros cinquenta anos da interpretação brasileira de Maquiavel: a relação entre Maquiavel e o totalitarismo. Embora sem nomear os primeiros artífices dessa interpretação (da qual apenas Pereira se salvara), Hebeche dá conta, inteligentemente, de fechar duplamente o primeiro ciclo de interpretações que Maquiavel recebera entre nós: ao mesmo tempo formalmente (passa-se das monografias ensaísticas às monografias acadêmicas) e substancialmente (resolve-se o *imbroglio* ideológico que ligava Maquiavel ao nazifascismo). Sob esse ponto de vista, uma obra importantíssima!

Depois de *A guerra de Maquiavel*, e de certa maneira iniciado com sua publicação, o debate sobre Maquiavel no Brasil, a partir dos anos 1990, rendeu-se à pesquisa acadêmica especializada. A característica principal dessa segunda fase consiste, como dito no início, em, ao invés de tentar oferecer uma interpretação totalizante de Maquiavel, dedicar-se à pesquisa sistemática sobre questões específicas de seu pensamento, segundo os parâmetros técnicos de especialização dominante nas últimas décadas nos programas de pesquisa em pós-graduação das universidades brasileiras. Tanto que o livro seguinte publicado no Brasil instaurou um padrão inédito de qualidade acadêmica na pesquisa nacional sobre Maquiavel, tendendo a ofuscar os demais trabalhos, ao mesmo tempo em que redefiniria a direção da maquiavelística nacional, embora se possa dizer que apresente apenas, em comparação

com os estudos da primeira fase, mais um estudo parcial do pensamento maquiaveliano: trata-se do livro *Maquiavel republicano* (1991), de Newton Bignotto, defendido inicialmente como tese de doutorado em filosofia na *École des Hautes Études em Sciences Sociales*, em Paris, no ano de 1989 e publicado no Brasil dois anos depois pela editora Loyola. O título não deixa dúvidas quanto a que parte do pensamento maquiaveliano se refere. Enquanto todos os trabalhos anteriores, embora não deixassem de citar os *Discursos...*, partiam principalmente de leituras ancoradas na teoria maquiaveliana do principado, colocando em destaque o tema do poder, Bignotto fará o inverso: empreenderá uma leitura ancorada centralmente no até então pouco estudado – ao menos no Brasil – republicanismo maquiaveliano, colocando desta vez em destaque o tema da liberdade, como se afirma nesta passagem inicial:

“Quando decidimos partir do conceito da liberdade para estudar o pensamento de Maquiavel, não tínhamos a ilusão de ter descoberto um caminho novo, que subitamente iluminaria a obra com uma luz original, que a desembaraçaria de todas as contradições que a perseguem desde que se tornou um dos escritos mais polêmicos da filosofia política. Autores tão famosos quanto Espinoza já se referiram a Maquiavel como a um grande campeão da liberdade, sendo seguidos por um número significativo de intérpretes que, ainda no século XVIII, fizeram do secretário florentino o modelo do pensador republicano” (p. 7).

Com base numa extensa lista de intérpretes republicanos de Maquiavel (entre os quais Pocock, Skinner, Colish, Cadoni, Lefort, Sasso e, sobretudo, Baron, que influenciaria toda a compreensão republicana de Maquiavel posterior à publicação de seus ensaios sobre o humanismo cívico), Bignotto compõe o primeiro grande trabalho brasileiro sobre a dimensão republicana do pensamento político maquiaveliano. O livro é dividido internamente em quatro partes, dedicadas ao estudo do humanismo cívico (capítulo I) e dos conceitos maquiavelianos de liberdade (capítulo II), fundação (capítulo III) e corrupção (capítulo IV). Sobre o

conceito essencial – a liberdade –, o autor escreve o seguinte:

“Em nossa introdução, fizemos alusão às diversas interpretações da obra maquiaveliana e ao fato de que uma leitura ‘republicana’ de Maquiavel faz parte da tradição interpretativa. Nossa intenção, ao estudar a questão da liberdade, não é a de atacar a idéia tradicional do maquiavelismo para substituí-la por uma outra, em que o ‘demônio’ cederia seu lugar ao defensor puro dos mais altos valores da democracia. Seguindo algumas hipóteses avançadas por Cadoni, segundo as quais, para se compreender o sentido da liberdade, é preciso entender o sentido da república, vamos perseguir no texto o movimento de constituição dos conceitos, com a certeza de que, a cada definição, abre-se sempre um corpo de questões que não faz mais do que relançar nossas interrogações” (p. 75).

Percebe-se, no trecho destacado acima, que Bignotto não cai na primeira armadilha armada para os intérpretes republicanos de Maquiavel, isto é, a de negar o secular maquiavelismo que a tradição encontrou na obra de Maquiavel, o que representaria a negação de uma linha de interpretação bastante tradicional, que inclui, entre outros, grandes nomes como De Sanctis, Villari, Croce, Cassirer, Chabod, Althusser, Aron, Gautier-Vignal, Hale e Senellart, a qual não deixa de esclarecer inúmeros aspectos do pensamento político do escritor florentino (ligados antes à questão do poder que da liberdade). Não obstante, não se pode negar que, se para compreender, em Maquiavel, o sentido do poder é preciso entender o sentido do principado, “para se compreender o sentido da liberdade, é preciso entender o sentido da república”. A diferença fundamental entre a teoria do principado maquiaveliana e sua teoria da república é o conceito de liberdade. Embora não seja a única (outra diferença para Maquiavel é a igualdade), trata-se certamente da principal: nos principados não existe liberdade, apenas nas repúblicas. Tal fato faz com que, segundo Maquiavel, a conquista e manutenção de um Estado “habitado a viver sob suas próprias leis” (uma das definições que oferece da república) seja a mais difícil tarefa que um príncipe possa se

impor, uma vez que um povo que já experimentou a liberdade jamais esquece seu sabor, e, quando a liberdade lhes é tomada, rapidamente este se organiza para retomá-la. Isso porque, se o principal sujeito político do principado é o príncipe, das repúblicas é o povo; no principado conta a *virtù* do príncipe; na república, a *virtù* do povo. Embora ocorra frequentemente de Maquiavel ser descrito ou só como republicano ou só como monarquista, o fato é que seu pensamento político é bidividido e possui duas teorias, uma republicana e outra ligada ao principado, que em nenhum momento se confundem. Digamo-lo: em nenhum momento se diz que a Itália possa ser unificada em uma república ou que Florença possa ser estabilizada sob um principado. Em outras palavras, nenhum estudo do pensamento político de Maquiavel pode ser considerado completo se não se dá a devida atenção a ambas as dimensões de sua obra: os escritos sobre a forma de governo do principado e aqueles sobre a forma de governo da república. Pode-se dizer que, com seu livro, Bignotto resgatou aquela que talvez fosse a maior dívida que a maquiavelística brasileira acumulara ao longo do século: a necessidade de, depois da publicação de inúmeras obras privilegiando a teoria maquiaveliana do poder, ancorada no principado, apresentar uma obra que fizesse o inverso, privilegiando sua teoria da liberdade, ancorada na república. Se tomarmos como referência a atual discussão acadêmica sobre Maquiavel no Brasil, de matiz fortemente republicano, não se pode negar a imensa influência exercida, para o bem ou para o mal, pela publicação de *Maquiavel republicano*.

A década de 1990, fechando o século passado, terminará com a publicação de dois pequenos trabalhos brasileiros dedicados ao tema desta resenha: *Maquiavel – Conceção antropológica e ética* (1996) de José Nedel, e *O eterno fascínio do florentino – Para uma leitura de Maquiavel* (1999) de Edmundo F. Dias. O primeiro consiste numa dissertação de mestrado em filosofia obtido na PUC-RS em 1994, publicado na Coleção Filosofia da editora daquela universidade alguns anos depois; o segundo de um pe-

queno volume da coleção Textos Didáticos do IFCH-Unicamp (número 37). A leitura de Nedel, como denota o próprio título da obra, consiste num estudo temático ancorado na dupla questão antropológico-ética. O trabalho de Dias, por outro lado, se debruça principalmente sobre a problemática dos textos iniciais de Maquiavel (parte I), escritos em grande parte em função de seu trabalho diplomático a serviço do governo republicano de Florença entre 1498 e 1512, a partir dos quais, na seqüência, analisa “teleologicamente”, segundo suas próprias palavras, as idéias expostas em *O príncipe* (parte II). Tanto no primeiro quanto no segundo caso, não se extrapolarão os limites da pesquisa metódica e especializada (e ainda não se notaria a influência do livro de Bignotto), embora a segunda obra, excepcionalmente, escape ao formato de pesquisa oriunda em programas de pós-graduação.

3.

No que se refere à maquiavelística brasileira, o século XXI se inicia com a publicação de quatro trabalhos bastante diferentes: *O príncipe de Maquiavel e seus leitores – Uma investigação sobre o processo de leitura* (2000) de Arnaldo Cortina, *Maquiavel – Educação e cidadania* (2002) de Maria L. Rodrigo, *Maquiavel – A lógica da ação política* (2002) de José L. Ames, e *Introdução a Maquiavel* (2004) de Vinícius S.B. Campos. O trabalho de Cortina – único trabalho oriundo fora do âmbito dos cursos de ciência política e filosofia política – consiste num estudo semiótico defendido como doutorado em lingüística na FFLCH-USP em 1994 e publicado posteriormente pela editora da Unesp. O trabalho de Rodrigo, inspirado igualmente em sua tese de doutorado sobre Maquiavel, defendida no IFCH-Unicamp em 1996, consiste num estudo sobre a distinção – republicana – entre *vivere corrotto* e *vivere civile* em Maquiavel, publicado alguns anos depois pela editora Vozes. O trabalho de Ames, por sua vez, originalmente apresentado como tese de doutoramento em filosofia defendida

igualmente no IFCH-Unicamp em 2000, publicado dois anos depois pela editora da Unioeste, consiste num estudo sobre ação política no pensamento maquiaveliano. O trabalho de Barros, por fim, defendido como dissertação de mestrado em filosofia do direito na UFPE em 2001 e publicado alguns anos depois pela Edicamp, consiste num estudo sobre o que o autor considera a inexistência de uma teoria do Estado (como aquelas presentes, segundo o autor, em Bossuet ou Hobbes) frente à existência de uma teoria do poder na teoria política de Maquiavel. (Perceba-se como a maquiavelística brasileira se desenvolveria, depois dos anos iniciais, como uma espécie de nicho acadêmico, cujas publicações raramente escapam à origem em pesquisas acadêmicas em nível de pós-graduação.)

Destes, pode-se considerar que o trabalho mais importante é o de Ames, por sua abrangência e qualidade. Trata-se de um estudo sobre a idéia de ação política no pensamento maquiaveliano, empreendido a partir da análise de um amplo leque de temas presentes nos escritos políticos de Maquiavel, desde os textos de 1498-1512 até a derradeira *História de Florença* (1520-1525). Ames divide sua interpretação em quatro partes, analisando, na obra maquiaveliana, o método e a história (capítulo I), a antropologia (capítulo II), as relações entre política e moral (capítulo III) e as relações entre fundação e legitimação (capítulo IV). Sobre o tema central – a ação política – o autor escreve o seguinte trecho:

“É sabido que os filósofos políticos clássicos concebiam o estudo da política desde uma perspectiva normativa. Mesmo quando os fatores políticos reais constituíam a matéria-prima e o ponto de partida de suas reflexões, estas eram enfocadas desde o dever-ser, isto é, com a preocupação de superar os diversos males sociais. Por isso, o entendimento corrente de que a ação política deveria ser orientada pela ética. Em outros termos, o objetivo primordial da política era formar os homens, fazê-los melhores e orientá-los até o bem. Maquiavel rompe com essa visão. Ele não compartilha mais da concepção de homem legada pela filosofia cristã, segundo a qual este é um ser impelido por natureza à vida social. Em-

bora, de acordo com a compreensão cristã, o indivíduo esteja subordinado ao Estado, a ação deste é limitada pela lei natural ou moral (que preexiste e transcende a autoridade do Estado) e constitui uma instância superior à qual todo membro da comunidade pode recorrer sempre que o poder temporal atenta contra os seus direitos essenciais e inalienáveis. Maquiavel, ao invés disso, concebe o homem como um ser movido por forças anti-sociais. Na sua opinião, o ser humano possui a tendência de agir segundo impulsos egoístas, em benefício próprio e prejuízo alheio. Esta tendência apenas se dobra ante a coação, determinação secundária, sobreposta à paixão primária, porque, como diz Maquiavel, o homem faz o bem quando se sente coagido a isso e o mal cada vez que tem ocasião” (p. 123).

Ames volta a um velho problema já conhecido, e discutido, embora nunca completamente desvendado, da maquiavelística brasileira: a difícil relação entre política e moral. Partindo da constatação de que os filósofos políticos anteriores a Maquiavel costumavam olhar para a política “desde uma perspectiva normativa”, o autor enfatiza a admirável ruptura que Maquiavel empreende com relação, conjuntamente, à antiguidade e o medievo: enquanto os pensadores políticos antigos baseavam seus estudos e juízos de valor e os pensadores políticos medievais em juízos de fé, afirma-se – corretamente – que “Maquiavel rompe com essa visão”, desenvolvendo seu pensamento político com base em juízos de fato, isto é, aquilo que o pensador renascentista chamava de *verità effettuale delle cose*. Enquanto, entre os pensadores antigos e medievais, o homem é pensado como um ser social – um ζῷον πολιτικὸν [animal político], segundo a tradição aristotélico-tomista – e a política é concebida em termos transcendentais, Maquiavel passa a pensar “o homem como um ser movido por forças anti-sociais” e a conceber a política imanentemente. Em outras palavras, emprestando uma expressão kantiana, Maquiavel empreende um giro copernicano no pensamento político, sem o qual pode-se dizer que o pensamento político moderno pouco se diferenciaria do pensamento político de autores como Aristóteles

e Tomás de Aquino. (Para se obter uma prova dessa afirmação, basta ler uma obra aristotélica como o *Defensor pacis* (1324) de Marsílio de Pádua, ou mesmo uma obra moderna – mas ainda profundamente aristotélica – como a *Politica methodice digesta* (1603) de J. Althussius.) Interessantemente, Ames retorna a um tema caro aos estudos de Faria e Escorel, para citar os dois principais estudos da primeira fase da maquiavelística brasileira, sem, contudo, repetir as mesmas recriminações que já haviam sido afastadas por Hebeche sobre o “mal totalitário”. Não fossem suas demais qualidades – entre as quais se deve citar grande conhecimento textual apresentado pelo autor sobre a obra de Maquiavel –, apenas esta já faria deste um trabalho distinto no âmbito dos estudos nacionais sobre Maquiavel.

Por fim, o mais recente estudo sobre Maquiavel publicado no Brasil consiste no excelente *História e política em Maquiavel*, de Patrícia F. Aranovich, defendido inicialmente como tese de doutorado simultaneamente no Departamento de Filosofia da FFLCH-USP e da Universidade de Paris X (Nanterre) e publicado em 2007 pela editora Discurso. O trabalho de Aranovich baseia-se centralmente – e esta é uma grande novidade – não no tratado sobre os principados ou nos discursos sobre a república maquiavelianos, como todos os trabalhos anteriores, embora não chegue a descuidar destas obras, mas, inovadoramente, na *História de Florença*, livro em geral considerado apenas secundariamente pelos trabalhos brasileiros. A escolha, porém, não é fortuita: assim como Hebeche, Nedel, Cortina, Rodrigo, Ames e Campos (e diferentemente dos trabalhos iniciais de Faria, Escorel e Pereira), Aranovich não tenta oferecer uma interpretação completa do pensamento maquiaveliano, mas apenas fazer um estudo temático, isto é, ao invés de tentar amarrar o pensador florentino numa camisa-de-força, a intérprete prefere simplesmente desafivelar-lhe um único de seus inúmeros botões. Sua inspiração são os estudos iniciais empreendidos por pesquisadores como Gilbert, Garosci, Bondanella, Cabrini, etc. Todavia, para além

da influência dos trabalhos internacionais, pode-se considerar o trabalho de Aranovich, no que se refere à maquiavelística brasileira, como uma seqüência direta da influência do livro de Bignotto (assim como o trabalho de Rodrigo), à medida que transparece claramente em suas páginas uma leitura republicana de Maquiavel (lembrando-se que também a *História de Florença* consiste numa obra essencialmente republicana). Tanto que, embora seja o trabalho mais recente sobre Maquiavel no Brasil (posterior, portanto, à publicação de todos os outros citados nesta resenha), não se encontram citados em sua bibliografia senão unicamente os trabalhos de Bignotto, sendo todos os demais trabalhos aqui citados simplesmente ignorados. (Com efeito, pode-se dizer que o único estudo que resgata seriamente os trabalhos brasileiros anteriores é o de Cortina, que inclui uma pequena seção intitulada “As leituras de *O príncipe* no Brasil”.)

O trabalho de Aranovich é dividido em duas partes, dedicadas ambas ao estudo da relação entre história e política no pensamento maquiaveliano, sendo a primeira parte dedicada a *O príncipe* e os *Discursos...*, e a segunda, mais extensa, à *História de Florença*, como afirma a própria autora neste trecho propedêutico:

“O tema deste trabalho é a relação entre política e história no pensamento de Maquiavel. Trata-se, portanto, de investigar a passagem do Maquiavel filósofo político ao historiador Maquiavel e assim verificar quanto há de história em sua filosofia política e quanto de política em sua *História de Florença*. A primeira parte expõe a questão da história no interior da obra política. No *Príncipe*, a análise se concentrou em definir o lugar que ocupa no texto a narrativa histórica compreendida como exemplo e quais são as particularidades de seu emprego por Maquiavel que o distanciam da perspectiva tradicional. A partir do estudo dos *Discorsi*, chega-se à superação da simples constatação dos acontecimentos pela inserção do exemplo, assim como das circunstâncias que o concernem, no percurso da República, a qual, por sua vez, traz em si movimentos que conferem inteligibilidade à história. A segunda parte do trabalho é dedicada à obra histórica. Num primeiro momento, procurou-se desenvolver alguns aspectos relativos à composição do texto. Em seguida, a exposição se volta

ao percurso que Maquiavel revela na história da cidade, pela perda do estado republicano e da liberdade, ou seja, um curso de declínio. O tema das divisões da cidade, que indica o movimento de queda, confere uma ordem à narrativa. Ao ser incorporada ao percurso, esta ordem faz com que a narrativa, embora padeça em certos momentos das imposições do modelo, consiga alcançar um encadeamento e um nível de compreensão que ultrapassam a separação entre história e política” (pp. 19-20).

O estudo da relação entre história e política no pensamento maquiaveliano possui, segundo Aranovich, dois sentidos, uma vez que Maquiavel tanto escreveu textos de filosofia política quanto textos de história política, havendo, portanto, a necessidade de desvendar, por um lado, “quanto há de história em sua filosofia política” (primeira parte do livro), e, por outro, “quanto [há] de política em sua *História de Florença*” (segunda parte). Nesse sentido, pode-se aprender com a intérprete as diversas dimensões da história presentes na obra de Maquiavel: a história como exemplo (*O príncipe*), a história como instrumento de inteligibilidade política (*Discursos...*) e a história como crônica (*História de Florença*). No primeiro caso, a história possui uma função modelar; no segundo, assume um efeito hermenêutico; e, finalmente, no terceiro caso, é reconhecida como verdadeiro plano da política, onde, segundo se afirma, “esta ordem [que segue da política à história] faz com que a narrativa (...) consiga alcançar um encadeamento e um nível de compreensão que ultrapassam a separação entre história e política”. Embora Maquiavel tenha sido secularmente reconhecido como filósofo político, de estatura suficiente para influenciar autores como Espinosa, Rousseau e Hegel, essa segunda dimensão de seu pensamento político, presente em sua obra histórica, não deixa de ter relevância, sobretudo se lembrarmos que Maquiavel também exerceu sua influência em historiadores como Guicciardini, no século XVI, e Ranke, no século XIX. Em ambos os ramos do conhecimento, o desígnio é o mesmo: se, do ponto de vista da filosofia política, Maquiavel separou definitivamente a política da moral, quem olhar atentamente para uma

obra como *História de Florença*, descobrirá que Maquiavel também cavou uma fenda grande entre a história moral e a história política. Entre um movimento e outro, nota-se a mesma genialidade de um pensador que vem desafiando os intérpretes há vários séculos.

Não se pode dizer que o trabalho de Aranovich encerra qualquer ciclo dentro da maquiavelística brasileira. Pelo contrário, depois da publicação de seu (repito o adjetivo) excelente livro, a autora tem se dedicado à revisão das traduções brasileiras das obras políticas de Maquiavel, e, com essa importante tarefa, espera-se – ou ao menos eu espero – que a pesquisa sobre Maquiavel ganhe nova vida no país, multiplicando-se cada vez mais, superando as debilidades do passado, sem, todavia, perder de vista o grande número de acertos igualmente acumulados. Da minha parte, tentei apontar, nestas páginas que aqui se encerram, mais estes que aqueles, sem, no entanto, ignorá-los por completo, não acreditando que o tenha feito mais que incompletamente (do que decorre o tímido título de “Notas”).

Bibliografia

- AMES, José L. *Maquiavel – A lógica da ação política*. Cascavel, PR: Unioeste, 2002. (273 p.)
- ARANOVICH, Patrícia F. *História e política em Maquiavel*. São Paulo: Discurso, 2007. (307 p.)
- BARROS, Vinícius S.C. *Introdução a Maquiavel – Uma teoria do Estado ou uma teoria do poder?* Campinas, SP: Edicamp, 2004. (231 p.)
- BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel republicano*. São Paulo: Loyola, 1991. (226 p.)

- CORTINA, Arnaldo. *O príncipe de Maquiavel e seus leitores – Uma investigação sobre o processo de leitura*. São Paulo: Unesp, 2000. (272 p.)
- DIAS, Edmundo F. *O eterno fascínio do florentino – Para uma leitura de Maquiavel*. Campinas, SP: IFCH-Unicamp, ago 1999. (104 p.)
- ESCOREL, Lauro. *Introdução ao pensamento político de Maquiavel*. Rio de Janeiro: Simões, 1958. (202 p.)
- ESCOREL, Lauro. *Introdução ao pensamento político de Maquiavel*. Brasília: UnB, 1979, 2ª ed. (126 p.)
- FARIA, Octavio de. *Machiavel e o Brasil*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1931. (247 p.)
- FARIA, Octavio de. *Machiavel e o Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933, 2ª ed. (271 p.)
- HEBECHE, Luiz A. *A guerra de Maquiavel*. Ijuí: Livraria Unijuí, 1988. (171 p.)
- NEDEL, José. *Maquiavel – Conceção antropológica e ética*. Porto Alegre: EdiPUC-RS, 1996. (117 p.)
- PEREIRA, Joacil B. *Idealismo e realismo na obra de Maquiavel*. [João Pessoa]: UFPA, 1970. (129 p.)
- PEREIRA, Joacil B. *Idealismo e realismo na obra de Maquiavel*. Brasília: Horizonte/INL-MEC, 1981, 2ª ed. (103 p.)
- RODRIGO, Lídia Maria. *Maquiavel – Educação e cidadania*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. (124 p.)

